

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: NOTAS SOBRE A ALTERNATIVA ECOSOCIALISTA

ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT IN BRAZIL: NOTES ON AN ECOSOCIALIST ALTERNATIVE

José Carlos Freire

Mestre em Filosofia

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,
Teófilo Otoni, MG, Brasil.

freire.jose@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8855-3846>

Alexandre Fernandez Vaz

Doutor em Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, SC, Brasil.

Professor Associado

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico, Brasília, Brasil.

alexfvaz@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4194-3876>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO:

O artigo tem como objetivo problematizar a ideia de progresso como solução dos problemas socioambientais, abordando de forma crítica o debate ecológico das últimas décadas. Ao mesmo tempo, busca contextualizar o debate sobre desenvolvimento a partir da herança colonial brasileira. Como contraponto ao otimismo do progresso, apresenta a perspectiva de Walter Benjamin sobre a necessidade de interrupção radical e urgente do atual modelo de desenvolvimento, presente até mesmo em setores que defendem o meio ambiente. Em complemento, pretende-se apontar aspectos mais gerais do chamado “ecosocialismo” como alternativa possível de relação entre seres humanos em sociedade e natureza. A conclusão do artigo aponta para a pertinência do referencial teórico adotado, especialmente quando se considera o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas no manuseio de recursos naturais, com as implicações socioambientais que dele decorrem.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Desenvolvimento Sustentável. Progresso. Ecosocialismo.

ABSTRACT

This paper confronts the idea of progress as a solution to the environmental disasters of our times. To do so, it dialogues with, and goes beyond, recent scholarly debate around issues of ecological/planetary crisis produced by late capitalism. At the same time, it seeks to contextualize the debate on development based on the Brazilian colonial heritage. Inspired by Walter Benjamin, it proposes an analysis of such endangered conditions. Benjamin evokes the need for radical and urgent shift in the current development paradigm that informs even progressive policies against environmental degradation. Finally, the paper invites reflections on the challenges and possibilities presented by the so-called “ecosocialist alternative.” Would it be a viable response to reimagine the relationship between human beings in society and nature? The conclusion points out the pertinence of the theoretical framework, especially if observed the technological development of the last decades. The consequences of the handling of natural resources may be seen in the social and environment contexts.

KEYWORDS: Development. Underdevelopment. Sustainable Development. Progress. Ecosocialism.

1 INTRODUÇÃO

Estamos a dois minutos do fim do mundo, é o que nos diz um recente diagnóstico do Boletim de Cientistas Atômicos (SALAS, 2019). O simbólico Relógio do Apocalipse que mostra o tempo restante para meia-noite, ou seja, o fim do mundo, não parou de acelerar

nos últimos sessenta anos. Ao final da década de 1990 tínhamos ainda 17 minutos restantes; em 2019 o relógio marca 23h58.

Tal situação não passaria despercebida pela comunidade científica internacional. Desde os anos 1960 vem se constituindo a necessidade de estabelecer limites à intervenção humana sobre os recursos naturais. Em nossa civilização o princípio de desenvolvimento científico e tecnológico carrega em si a ideia de *dominação da natureza*.

Desde o Iluminismo trabalhamos numa chave interpretativa e organizativa das ações políticas e econômicas: o progresso. Pertence à tradição iluminista a crença no avanço, na abertura de horizonte, na superação dos limites. Mas seria prudente nos perguntarmos se isso não é uma armadilha que preparamos para nós mesmos.

Em seu célebre escrito *Rua de Mão Única*, Walter Benjamin falava de um “assédio feito ao cosmos” que teria se consumado “pela primeira vez à escala planetária” (BENJAMIN, 2013, p. 965)¹. Os modernos perdemos a relação antiga com o cosmos de contemplação e por isso estamos *desorientados*. O que a Primeira Guerra mostrou de forma cabal:

Massas humanas, gases, energias elétricas foram lançados em campo aberto, correntes de alta frequência atravessaram as paisagens, novos astros apareceram no céu, o espaço aéreo e as profundezas dos mares ressoavam de hélices, e por toda parte se escavavam fossas sacrificiais na terra-mãe (BENJAMIN, 2013, p. 965).

Registre-se que a Segunda Guerra foi ainda mais longe. O pós-guerra atacou os problemas oriundos da destruição europeia com mais tecnologia e maior intervenção ambiental. Desde então, não mudamos a rota de colisão. Nesta sociedade, “a dominação da natureza”, como nos lembra o autor, “é a finalidade de toda a técnica” (BENJAMIN, 2013, p. 969). De forma taxativa o autor concluía aquele escrito apontando que a herança da tradição socialista se mostrava como única forma de escapar à lógica destrutiva do progresso: “O poder do proletariado é o índice de seu processo de cura. Se a sua disciplina não o penetrar até a medula, nenhum argumento pacifista o salvará” (BENJAMIN, 2013, p. 982).

Estaria o autor revisitando, sem mais, a velha chave da *revolução socialista*? Parece-nos importante responder de forma cautelosa: sim e não. Esta associa a destruição da natureza à força avassaladora do capitalismo – portanto, a alternativa a isso se configura como uma *bandeira socialista*. Há, no entanto, algo mais: as formulações de

¹ Trabalhamos com a versão *kindle* dos textos “Anjo da história”, “Rua de Mão Única” e “Baudelaire e a modernidade”. Para esses casos, onde se grifa “p.” está-se indicando a “posição” da citação no E-book.

Walter Benjamin, no início do século XX, foram não só pertinentes e inovadoras como também se mostraram acertadas no passar das décadas; mais que isso, suas intuições realmente ganham a devida importância numa corrente teórico-política recente que é o ecossocialismo.

A hipótese de nosso trabalho, portanto, é que o *ecossocialismo* se apresenta como crítica contundente ao capitalismo e à sua inerente ideologia do progresso. Tal perspectiva coloca como necessidade premente o *freio de emergência* à degradação ambiental.

Para problematizar a ideia de progresso, seguiremos um roteiro que considera, a um tempo, elementos da particularidade brasileira e o aspecto mais geral da lógica do “domínio da natureza”. No primeiro caso, teremos como referência principal a crítica ao subdesenvolvimento empreendida por Caio Prado Jr; na segunda, acompanharemos as reflexões de Carlos W. Porto-Gonçalves em sua análise sobre o subdesenvolvimento bem como sobre o chamado desenvolvimento sustentável. Logo após, faremos na terceira parte o debate sobre as contribuições de Walter Benjamin para a crítica ao progresso, o que será fundamental para tratarmos, ainda que introdutoriamente, do ecossocialismo. Este texto entende-se, portanto, como um comentário sobre uma problemática política e teórica, em que procura oferecer uma chave de interpretação para ela.

2 HERANÇA COLONIAL BRASILEIRA E O SUBDESENVOLVIMENTO

“Apenas começamos a nos livrar deste longo passado colonial”.
(Caio Prado Jr.)

O tema da formação social e histórica do Brasil é amplo e dele se ocupa uma série de autores². Não é nosso propósito aqui apresentar, ainda que sumariamente, esse leque de estudos clássicos ou contemporâneos sobre nosso passado colonial e os aspectos que ainda permanecem, em parte como legado dos séculos em que nosso país esteve subordinado à Coroa Portuguesa. Basta-nos, como referência, a abordagem de Caio Prado Jr., cujo esforço consiste em um grande balanço sobre a articulação entre o passado colonial e o presente, marcado fundamentalmente pelo subdesenvolvimento.

De sua vasta obra destacaremos alguns elementos discutidos em *História Econômica do Brasil*, de 1945, que fecha a trilogia sobre a formação brasileira iniciada com *Evolução Política do Brasil*, de 1933, e que passa por *Formação do Brasil*

² Além de Caio Prado Jr., que destacaremos adiante, vale destacar, entre outros, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado.

Contemporâneo, de 1942. Diferentemente das duas anteriores, em *História Econômica* não se estuda os bastidores da Independência, tampouco as revoltas populares pós-independência. Interessa ao autor captar a dinâmica econômica interna e externa de nosso processo histórico, de onde sua afirmação de que houve um sistema colonial brasileiro de moldes pré-capitalistas que durou do início da colonização até a República.

Nesse enorme empreendimento sobre a história econômica do país cabe destacar alguns aspectos que apontam, mesmo que indiretamente, para um *modus operandi* de relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente.

Reforçando uma chave interpretativa marcante na trilogia, Prado Jr. (2000) afirma que a expansão marítima dos países da Europa, depois do século XV, origina-se de empresas comerciais, levadas a efeito pelos navegadores daquele continente, entre os quais os portugueses serão pioneiros. Os grandes acontecimentos da chamada *Era dos descobrimentos* formam um capítulo da história do comércio europeu, o que foi definido de forma lapidar como sendo o *sentido da colonização*: “É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (PRADO Jr., 2000, p. 20).

Colonizar era estabelecer feitorias comerciais. Somente mais tarde, e em decorrência disso, é que a ideia de povoamento aparece em razão da necessidade de abastecer e manter feitorias e organizar a produção de gêneros para exportação. Em síntese, a colonização brasileira pode ser compreendida como

uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. [...] É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO Jr., 1976, p. 22).

Esta dinâmica de “explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” é crucial não apenas porque demonstra um *tipo específico* de desenvolvimento. Nosso drama histórico é mais profundo: tal exploração aponta a *lógica geral* do chamado desenvolvimento capitalista, mas fundada em uma especificidade brasileira. Isso acarretará não só impactos sociais evidentes, mas também certo padrão de domínio e exploração dos recursos naturais, processo cujo entendimento se mostra indispensável para compreensão dos fenômenos hodiernos de esgotamento de água,

rompimento de barragens, entre tantos outros que exprimem a dinâmica social do progresso, tal como o temos construído.

Para Caio Prado Jr. (2000) o modelo de extração tem seu início com o pau-brasil, indústria extrativista nômade em árvores dispersas pela mata. Para sua exploração construíram-se estabelecimentos militares como forma de defesa contra ameríndios e exploradores estrangeiros – tais empreendimentos eram abandonados tão logo a extração se esgotasse. Eles serviam também para armazenar as mercadorias enquanto os navios não vinham recolhê-las.

A partir de 1530 ocorre a efetiva ocupação. O povoamento se dá como forma de proteção da terra contra outros colonizadores. Organizam-se as capitanias com centralidade inicial do açúcar, evidenciando-se um traço que comparecerá na análise de diversos intérpretes do Brasil: a correlação entre monocultura, escravidão e grande propriedade. É esse tipo de exploração agrária adotada no Brasil. No início, com trabalho escravo indígena; em seguida substituído pelo africano.

Note-se, pois, que não há qualquer forma de planejamento de médio e longo prazo. O que se vê é um imediatismo extrativista no qual tanto as *espécies* humanas nativas ou africanas trazidas para cá na forma de escravos quanto as demais *espécies* da natureza se colocam frente ao colonizador como instrumentos de avanço comercial. A natureza e o trabalho escravos são objetos de exploração passíveis de transformação em mercadoria. A redução imaginária do africano a ser da natureza contribui para que a dominação fosse legitimada.

Da agricultura de subsistência, passando pela cana como novo referencial até chegar à mineração dos séculos XVII e XVIII, há, desse modo, uma dinâmica marcante da colonização: o investimento em nova frente de exploração e abandono da anterior, no instante em que esta deixa de ser rentável.

A atividade econômica variável (colheita de produtos naturais no Norte, mineração no centro-sul, pecuária no sertão do Nordeste e no Extremo Sul) sintetiza o caráter geral da economia brasileira, a exploração dos recursos naturais de um amplo território em proveito do comércio europeu.

Não se chegará a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada [...] Este é o traço que sintetiza a economia brasileira no momento em que o país alcança a sua autonomia política e administrativa. Todas as suas atividades giram em torno deste fim precípuo de fornecer ao comércio

internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas. (PRADO Jr., 1976, p. 109).

O que se segue na história, não obstante sua complexidade, é sabido: o país se torna independente de Portugal e cria-se o Império sob forte influência da Inglaterra que ocupa, agora, o lugar de nova potência mundial. A esse jogo o país recém-formado se integra. Havia alternativa? Para Prado Jr., sim. Ela consistiria em formar

uma economia propriamente nacional, voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população que o habita; uma organização destinada a mobilizar e coordenar os recursos e o trabalho do país em função precípua da existência dos indivíduos e da comunidade nela enquadrados; e não servir antes interesses estranhos (PRADO Jr., 1976, p. 312).

Sobrevinda a República, com a trágica crise do café e a incipiente industrialização dos anos da Era Vargas, o que se configura é o reforço da dependência e da subordinação do país às dinâmicas econômicas das nações centrais. A análise de Caio Prado Jr. encontrará, não sem resistências e oposições, eco em outras abordagens, como as de Celso Furtado e de Florestan Fernandes em diversas de suas obras.

Essa geração de intérpretes consolidará a importante categoria de análise do Brasil e que tem, nos propósitos deste artigo, grande significado: o *subdesenvolvimento*. Por caminhos distintos e por propostas de saída divergentes, há convergência de fundo nos autores: o processo de desenvolvimento do capitalismo mundial encontrou, em terras brasileiras, um modo peculiar, *subordinado* e *subalterno*. Isso significa que o lugar periférico de uma nação deve ser entendido como necessário, nos termos de sua relação com o centro, observando-se, então, o caráter de mútua determinação constituinte desse processo. Se o capitalismo não é o mesmo que o daquele momento, o caráter periférico de um conjunto de nações não desapareceu, mas encontrou novas roupagens no que se refere a, por exemplo, os processos de exportação, disponibilização de mão de obra, desoneração fiscal e domínio científico e tecnológico.

3 LIMITES DO REFERENCIAL DE DESENVOLVIMENTO COMO DOMÍNIO DA NATUREZA

“Para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro”.

(Mahatma Ghandi)

O rápido bosquejo sobre a obra *História Econômica do Brasil* de Caio Prado Jr. nos parece suficiente para o passo seguinte: independente de como se entendem as causas

do subdesenvolvimento, bem como as suas supostas formas de solução, o elemento de fundo que não estava presente nas discussões do período e que, nas décadas seguintes, pode ser visualizado, inclusive lançando luz sobre sua pertinência no ciclo colonial, é este: o meio ambiente brasileiro *suportou* o modelo de desenvolvimento e sua lógica perversa e destrutiva de exploração à exaustão. Os efeitos ambientais nefastos do *desenvolvimento* do capitalismo – que os países centrais agora experimentam – ocorrem na periferia desde o princípio da ocupação colonial. Voltaremos a esse ponto. Por ora, gostaríamos de apontar brevemente as sinalizações feitas por Carlos W. Porto-Gonçalves (2004; 2012) acerca da questão ambiental.

A partir dos 1960 tornou-se comum nos debates da comunidade científica internacional a necessidade de estabelecer limites à intervenção humana sobre os recursos naturais. De acordo com Porto-Gonçalves (2012, p. 20), a marca mais evidente de nossa civilização é que ao desenvolvimento científico e tecnológico subjaz a “ideia de *dominação da natureza*”. Soma-se a isso o fato de que a ciência e todo aparato técnico que ela engendra não estão, necessariamente, alicerçados em valores humanitários ou ambientais. Ao contrário, o que se percebe é “a captura da ciência pela lógica financeira” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 23)³.

Nos anos 1990 o debate sobre a globalização ganhou enorme espaço. Porto-Gonçalves (2004) tratou da questão em *O desafio ambiental*. Para o autor, a chamada globalização que se deu na virada do milênio vinha coroar um processo em curso desde pelo menos o século XVIII, alicerçado em duas crenças fundamentais: o “caráter emancipatório que a ciência e a técnica proporcionariam à humanidade” e a “aura de missão civilizatória” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 15) que o capitalismo trazia.

Dessa forma, o período atual, de globalização neoliberal, difere dos outros períodos que o antecederam pela especificidade do desafio ambiental que o acompanha e que, também, o constitui. Afinal, até os anos 1960, a dominação da natureza não era uma questão e, sim, uma solução – o

³ Foge ao escopo do artigo realizar o debate sobre a relação entre ciência e capitalismo. Deve-se, porém, ressaltar que a posição de Porto-Gonçalves (2012) está alicerçada na situação contemporânea, em que se exacerba o caráter exploratório de recursos naturais, mas isso não anula o fato de que esta lógica se mostra inerente ao capitalismo pelo menos desde o século XVIII. Em sua reflexão sobre a ciência moderna que remete à tradição oriunda de René Descartes, Max Horkheimer já apontara que os “os progressos técnicos da idade burguesa são inseparáveis deste tipo de funcionamento da ciência” (HORKHEIMER, 1983, p. 121). O mesmo autor articula dominação humana e dominação da natureza, evidenciando que a “moderna insensibilidade com a natureza é de fato apenas uma variação da atitude pragmática que é típica da civilização ocidental como um todo” (HORKHEIMER, 2002, p. 108).

desenvolvimento. É a partir desse período que intervém explicitamente a questão ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 23).

Desse modo, é no período que mais destruição trouxe à natureza que se coloca em termos práticos e teóricos a chamada *questão ambiental*. A expectativa de “superação das fronteiras e das barreiras locais e nacionais” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 16) se mostra frágil diante de sua contraprova: o fato de que a *globalização* não incorpora todas as dinâmicas nacionais em um suposto cômputo do que há de melhor; ao contrário, implica na adoção, por parte dos países de economia mais frágil, da compulsão ao consumo de países chamados desenvolvidos. Mais que isso: adota-se um padrão civilizatório que, no limite, é incompatível com a continuidade de existência do planeta.

No afã de se integrar ao *primeiro mundo*, esses países subvertem quaisquer formas originais de convívio com a natureza, manejo do solo ou cultivo em prol do propagado desenvolvimento, ou seja, a adoção do princípio meramente mercantil em temas ambientais. Nesse sentido, torna-se necessário apontar os limites de duas abordagens que se desenvolveram na segunda metade do século XX: a crítica ao *subdesenvolvimento* e a noção de *desenvolvimento sustentável*.

Para o autor, a *crítica ao subdesenvolvimento* esteve presente tanto no campo socialista quanto no dos chamados nacionalismos. No primeiro caso, associava-se a formação social e econômica dos países periféricos ao próprio sistema capitalista, com sua lógica de concentração de riquezas e dominação das nações periféricas pelas grandes potências mundiais. Nos nacionalismos, o subdesenvolvimento aparecia como principal fator a travar o processo de consolidação dos Estados nacionais surgidos das lutas pela independência.

Nota-se que a importante crítica ao tipo de capitalismo que se formou no Brasil feita por autores da estatura de Caio Prado Jr. mantém estreita relação com a ideia de desenvolvimento. Ora, tal entendimento se associa diretamente à suposta necessidade imperiosa de dominação da natureza, visto que desenvolvimento remete à urbanidade, cidade, indústria: “Assim, a crítica à ideia de desenvolvimento exigia que se imaginassem outras perspectivas que não as liberais ou socialistas ou, pelo menos, que essas se libertassem do desenvolvimentismo que as atravessa” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24).

Não é por acaso que a perspectiva ambientalista, de forma geral, é criticada por autores de matriz marxista como uma espécie de fantasia de volta ao passado.

A ideia de progresso é de tal forma parte da hegemonia cultural tecida a partir do Iluminismo, que mesmo aqueles que se consideram os maiores críticos da vertente burguesa da modernidade – isto é, do capitalismo –, se assumem como progressistas, e é com base nesses fundamentos que criticam os ambientalistas (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 25).

O limite da crítica marxista ao desenvolvimento capitalista não só teria dificuldade em compreender e se associar à luta ambientalista, como não alcançaria o núcleo do problema: ela abordaria a “desigualdade do desenvolvimento, e não o desenvolvimento como tal” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 25).

Há limites também na noção *desenvolvimento sustentável*. Sua origem se explica pelos desdobramentos econômicos mundiais das décadas de 1970 e 1980, ou seja, no contexto de ampliação da influência de organismos transnacionais, como o Banco Mundial. Experimenta-se um ambiente de otimismo generalizado nessa onda desenvolvimentista:

Até mesmo muitos ambientalistas abandonaram a contra-cultura, fonte de inspiração do seu movimento e que assestara duas críticas à própria ideia de desenvolvimento, e aceitaram dialogar com essa ideia, como as propostas de ecodesenvolvimento (M. Strong e I. Sachs) e, depois, com a de desenvolvimento sustentável (G. Brundtland) (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 27).

É na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) presidida por Gro Harlem Brundtland que se elabora, em 1987, o relatório *Nosso Futuro Comum*, conhecido posteriormente por *Relatório Brundtland*. Partindo da premissa de que o objetivo do desenvolvimento é “satisfazer as necessidades e as aspirações humanas”, o relatório define o *desenvolvimento sustentável* como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Tal acepção é acompanhada de formulações gerais como: limitações ao uso da tecnologia, estratégias, consenso etc. Distanciados no tempo e, por isso, sem condições de avaliar o quanto tais ideais eram vistos como realizáveis, não deixa de nos admirar que fatores tão destrutivos do meio ambiente como “exploração dos recursos”, “direção dos investimentos” e “desenvolvimento tecnológico” poderiam se harmonizar “a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1991, p. 49).

Não estamos diante de um efetivo desenvolvimento sustentável, mas sim, como recorda Freitas (*et al*, 2012), de uma proposta de *desenvolvimento (in)sustentável*⁴. O conceito de desenvolvimento sustentável, que à primeira vista pretende garantir a manutenção da vida e preservação dos recursos, representa na verdade uma rota de colisão. Se forem mantidos os referenciais de exploração de recursos e consumo que têm orientado o modo de vida dos países de economia avançada nas últimas décadas, o que teremos é, em mais ou menos tempo, a destruição do planeta.

4 DA CRÍTICA AO PROGRESSO POR WALTER BENJAMIN AO ECOSSOCIALISMO

“O conceito de progresso deve ser fundamentado na ideia de catástrofe”
(Walter Benjamin)

Walter Benjamin é um autor de reconhecida influência na crítica à cultura moderna. Suas análises históricas, literárias e filosóficas o colocam na tradição da Escola de Frankfurt, ainda que não exclusivamente. Há um elemento específico de sua obra que se articula com sua concepção de história, das metrópoles de seu tempo e dos limites da sociedade oriunda das revoluções industriais. Trata-se da crítica à noção de progresso, própria da modernidade empreendida pelo capitalismo e também pela versão burocrática do socialismo de caserna.

Benjamin se situa na contramão da tradição liberal, cujo mote do progresso aparece como dogma inquestionável, e, ao mesmo tempo, em dissonância com a via marxista do seu tempo que, não obstante sua confrontação ao capitalismo, guarda ainda um otimismo diante da máxima do *desenvolvimento das forças produtivas*. Para Benjamin, o “patrimônio cultural” legado pelo avanço da sociedade industrial é motivo de horror, pois “não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie” (BENJAMIN, 2012, p. 66).

Suas *Teses sobre o conceito de história* nos apresentam, assim, um forte questionamento à leitura dos eventos históricos como se obedecessem a um caminho linear, gradativo, sem fissuras, sempre adiante. Para Benjamin é necessário “escovar a história a contrapelo” (2012, p. 70). Em outros termos, lembra a urgência de adotar a

⁴ As autoras analisam mais demoradamente não só os limites do Relatório Brundtland, mas também a relevância que esse tema apresenta à tradição da crítica marxista do capitalismo.

perspectiva dos *vencidos*, ou seja, as vítimas de todas as épocas em que imperou a vitória dos mais fortes sobre os mais fracos, dos dominantes sobre os dominados.

Mas o que isso tem que ver com a natureza e a questão ambiental? Em se tratando da sociedade industrial e sua dinâmica inexorável, pode-se compreender analiticamente o meio ambiente como integrante do conjunto dos *vencidos* – ainda mais se corretamente entendemos meio ambiente para além da “natureza”. O fruto do progresso é, para Benjamin (2012, p. 85), “o monte de ruínas [que] cresce até o céu”. Ora, a degradação ambiental é uma das marcas de ruínas após a passagem da *tempestade* do progresso – tempestade que insiste em se prolongar, tanto quanto *avança* a sociedade.

Como afirma Benjamin, em texto recolhido por Löwy (2005, p. 93-94), mudar esse estado de coisas implicaria frear a barbárie:

Marx havia dito que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Mas talvez as coisas se apresentem de maneira completamente diferente. É possível que as revoluções sejam o ato, pela humanidade que viaja nesse trem, de puxar os freios de emergência⁵.

A crítica ao caráter destrutivo da sociedade capitalista não se aparta da reflexão de Benjamin (2015) sobre os efeitos desta forma de vida sobre a *experiência* humana. Em outros termos: a inseparabilidade entre humanos e natureza encontra nos textos benjaminianos uma justificativa contundente, visto que o progresso não é simplesmente um aspecto econômico, mas a lógica mesma de uma sociedade que destrói e desumaniza.

No texto *Sobre alguns motivos na obra de Baudelaire* o filósofo alemão se dedica a pensar a vida da cidade moderna como *multidão*. Londres e Paris são tomadas como exemplo de cidades em que as pessoas se acotovelam e se comprimem – por isso pouco vivem, no sentido forte do termo, experiências. Na sociedade do trabalho, em que não se descansa, em que os velhos sinos não tocam mais, em que não há feriados ou intervalos para a rememoração não há “experiência histórica autêntica”, pois, os cidadãos se tornam “almas que andam de um lado para o outro, mas não têm história” (BENJAMIN, 2015, p. 2611).

Na mesma direção encontra-se o texto *Parque Central*, em que Benjamin, tomando também a obra de Baudelaire, discute a sociedade burguesa como um caleidoscópio de mercadorias. É a consolidação do “sempre e eternamente igual em grande quantidade”

⁵ Utilizamos a tradução dos *Gesammelte Schriften* de Walter Benjamin elaborada por Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller (LÖWY, 2005).

(BENJAMIN, 2015, p. 3153). A obra poética de Baudelaire consiste para seu comentador numa tentativa de “interromper o curso do mundo” (BENJAMIN, 2015, p. 3267). Daí a célebre constatação benjaminiana: “O conceito do progresso tem de assentar na ideia da catástrofe. Que as coisas ‘continuem como estão’, é isso a catástrofe. Ela não é aquilo que a cada momento temos à nossa frente, mas aquilo que já foi” (BENJAMIN, 2015, p. 3516).

Esse brevíssimo apontamento sobre Benjamin parece-nos suficiente para nossa análise. Seguindo suas pegadas é preciso desconstruir a ideia de progresso que, como vimos, situa-se no núcleo da proposta de desenvolvimento que marcará a segunda metade do século XX. Desse modo, temáticas como o desenvolvimento, a crítica ao subdesenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, são, não obstante os antagonismos, variações de uma mesma perspectiva, na medida em que compartilham da crença no progresso como avanço inexorável da sociedade. É preciso enfrentar o desenvolvimento se, de fato, pretende-se *frear* os efeitos nocivos e destrutivos do modo de produção e de vida capitalista. Isso nos leva ao tema do *ecossocialismo*.

Sob influência da crítica marxista à sociedade burguesa e do pensamento de Walter Benjamin, o *ecossocialismo* situa-se na fronteira entre o ambientalismo e o anticapitalismo. Trata-se de um conceito híbrido que articula a crítica ao capitalismo própria da tradição marxista com a denúncia dos movimentos ambientalistas acerca da destruição do meio ambiente. Por isso tal conceito sinaliza para a superação dos limites de suas duas fontes: a mera sustentabilidade, do lado do debate ecológico e, de outro, a histórica dificuldade do marxismo em integrar a degradação ambiental como aspecto essencial de sua crítica ao capitalismo. São importantes os trabalhos de Michel Löwy nos quais a questão ecológica é apropriada em um esforço de atualização do marxismo⁶.

Da ótica ecossocialista, o capitalismo é necessariamente insustentável. Exige-se, portanto, que a crítica ultrapasse as propostas de ajuste cujo escopo se restrinja ao modo mercantil de vida, produção e manuseio dos recursos naturais. Em razão disso, pautando-se pela crítica da economia política, que tem em Karl Marx seu principal referencial, o ecossocialismo questiona a subordinação da natureza à lógica mercantil. Trata-se de buscar um modo de vida e um horizonte civilizatório novos, nos quais a natureza possa

⁶ Nossa abordagem tem em vista exatamente a articulação feita pelo autor entre ecossocialismo e a obra de Walter Benjamin, cf. Löwy (2005). Para uma visão geral sobre o esforço pioneiro de Michel Löwy, cf. Querido (2013).

ser revista e reinterpretada no seu *valor de uso* (o melhor seria, talvez, valor de convívio), superando o horizonte do *valor de troca*.

A urgência de tal proposta se dá pelo quadro atual de degradação do meio ambiente e esgotamento natural e social de um modelo agressivo de desenvolvimento. Isso nos faz concordar que as discussões das últimas décadas apontam para algo mais que “uma crise de tipo ‘clássico’”, ou seja, trata-se “de uma crise global da civilização capitalista cuja expressão mais dramática é a degradação absolutamente destrutiva do ecossistema, indispensável para sustentar os absurdos índices de consumo dos países mais ricos” (QUERIDO, 2009, p. 69). Ademais,

[a] insistência de Benjamin no caráter potencialmente destrutivo e desumano do progresso técnico reafirma a necessidade – essencial para um projeto ecossocialista – de uma transformação qualitativa do aparelho produtivo e tecnológico e da racionalidade instrumental que lhe dá sustentação [...] (QUERIDO, 2009, p.75).

O ritmo frenético do progresso, que não pode esperar, deveria ser superado por uma nova forma de temporalidade, não aquela abstrata, da sociedade mercantil, mas outra, “adequada às necessidades humanas e ecológicas, que leve em conta a longa temporalidade dos ciclos naturais” (QUERIDO, 2009, p. 75).

Nesse sentido, o ecossocialismo dá um passo além da vertente socialista *stricto sensu* no modo como ela se consolidou no século XX, ou seja, centrada na urgência da revolução dos meios de produção e, conseqüentemente, na sua socialização para satisfação das necessidades humanas, ainda que postuladas numa maneira nova de convívio humano.

Esse *passo a mais* exige uma visão “mais radical e profunda do que seja uma revolução socialista”, visto ser necessário transformar “não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas a própria estrutura das forças produtivas, a estrutura do aparelho produtivo” (LÖWY, 2013, p. 82).

Esta visão se mostra integradora das contribuições mais fecundas da tradição marxista, em especial aquela de Walter Benjamin, citada acima, sobre puxar os freios de emergência, interrompendo a catástrofe do progresso. Estamos, pois, diante de uma proposta teórica e política ao mesmo tempo, uma vez que o “ecossocialismo não é só a perspectiva de uma nova civilização”, mas também “uma estratégia de luta, desde já, aqui e agora” (LÖWY, 2013, p. 83).

Seremos capazes de tal esforço? As organizações de luta anticapitalista terão abertura para um debate aparentemente secundário? Haverá tempo de interromper o

fluxo catastrófico a que estamos, aparentemente, presos? São questões candentes de nosso tempo. Da resposta a elas depende, em grande parte, nossas expectativas para o futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate ecossocialista não é consensual. Da perspectiva das grandes corporações e grupos econômicos, mostra-se evidente a resistência a discutir problemas ambientais. Porém, no campo oposto, dos movimentos sociais, partidos políticos e organizações diversas que criticam o capitalismo, a assimilação da crítica à degradação ambiental ainda se mostra tímida.

O andamento histórico, porém, parece dar razão às vozes que sustentam a insuficiência da via socialista clássica, pautada na centralidade do modo de produção. As Conferências de Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992), Copenhagen (2009) e mais recentemente o Protocolo de Quioto (2015) e o Acordo de Paris, em vigor desde 2016, têm inegável importância para o levantamento climático e ambiental, além de apontar medidas concretas de ação. Ocorre que no compasso do capitalismo contemporâneo isso tem se mostrado insuficiente.

Ao ecossocialismo, portanto, cabe fazer a crítica, inclusive, à cumplicidade dos governos e, em especial, das grandes economias mundiais, com o desmatamento, a extinção de espécies e a contaminação do ar e das águas. Não nos parece se tratar de um tema a ser *acrescentado* ao movimento socialista, ainda que este não deva ser abandonado: ao contrário, talvez seja hoje a face mais necessária de um projeto civilizatório alternativo.

A crise ambiental não está isolada de outras faces da crise civilizacional que o capitalismo impõe. Consideramos importante, portanto, que a natureza deixe de ser pensada como acessório ou mero elemento a ser explorado para o *avanço* da civilização. Mais que nunca, parece atual a já referida advertência de Walter Benjamin (2009, p. 515): “Que as coisas ‘continuem como estão’, é isso a catástrofe”.

Por isso, parece-nos evidente que o suposto *desenvolvimento sustentável*, trocando as palavras, não se sustenta como conceito. A crítica à noção de progresso que sinalizamos demonstra que o desenvolvimento capitalista é intrinsecamente destrutivo. Não chegaremos muito longe com os apelos românticos de um convívio harmonioso entre natureza, humanos e a máquina de extermínio constituída pela indústria de larga escala.

No entanto, isso não basta. Igualmente se torna urgente superar o horizonte da crítica ao subdesenvolvimento, uma vez que ele parece continuar refém da mesma lógica do progresso. Mais coerente e consistente que a ideia de *desenvolvimento sustentável*, a crítica ao subdesenvolvimento precisaria avançar para uma crítica civilizacional que integrasse os problemas próprios do *mundo subdesenvolvido*, mas que os superasse para além da noção de *progresso*.

O debate é urgente. O desafio socioambiental é enorme. Cabe à tradição do pensamento crítico que se inspira nos escritos de Karl Marx, além de toda a formulação sobre o carácter instrumental da razão moderna apontada pelos autores da Teoria Crítica, em especial Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, incorporar a questão ambiental. O relógio do meio ambiente indica que não temos escolha.

O noticiário está permanentemente repleto de indicações nesse sentido. À guisa de conclusão, gostaríamos de mencionar apenas duas, exemplares ao reunirem impactos sociais, econômicos e ambientais. Referimo-nos aos rompimentos das barragens Fundão (Mariana/MG, novembro de 2015) e Córrego do Feijão (Brumadinho/MG, janeiro de 2019).

Não deixa de ser revelador o fato de se tratar de barragens de *rejeitos*. Como mostrou Caio Prado Jr., vem da colônia esse *modus operandi* da empresa capitalista no Brasil: agressiva, exaustiva, irresponsável. Por onde passa, deixa os sinais mais desastrosos de um modelo de desenvolvimento inconsequente: rejeitos, restos de destruição.

É possível que Walter Benjamin, caso contemplasse hipoteticamente a imagem dos rompimentos amplamente divulgada pelos meios de comunicação, as escolhesse como alegoria da catástrofe em nossos tempos, tal como outrora o quadro de Paul Klee. Mineração gera rejeitos; o progresso gera ruínas.

Nessa chave interpretativa, o estado de Minas Gerais vai se tornando uma espécie de oposto de si mesmo. A rigor, *minas* deveria significar o que surge, algo novo, de onde brota, não por acaso, a vida em forma de água. Por outro lado, *ruína* é sempre sinal do velho, do que foi destruído. Estaríamos, talvez, ensaiando de forma trágica a passagem das Minas Gerais para as *ruínas gerais*. Uma catastrófica metáfora do Brasil.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

_____. **O anjo da história.** Organização e Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica. Edição do Kindle, 2012.

_____. **Rua de Mão Única. Infância berlinense: 1900.** Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica. Edição do Kindle, 2013.

_____. **Baudelaire e a modernidade.** Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica. Edição do Kindle, 2015.

CMMAD-Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório Nosso Futuro Comum.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NELSON, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos.** Coleção Os Pensadores. Tradução de José Lino Grünnewald (et al.). 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 117-154.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão.** Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio.** Uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo.** Colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

QUERIDO, Fábio Mascaro. Revolução e (crítica do) progresso: a atualidade eco-socialista de Walter Benjamin. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 68-79, 2009.

QUERIDO, Fábio Mascaro. Alarme de incêndio: Michael Löwy e a crítica ecossocialista da civilização capitalista. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 11-26, 2013.

SALAS, Javier. Dois minutos para o fim do mundo. **El País.** Ciência. Versão *online*, 2019. Disponível em:

NOTAS

José Carlos Freire

Mestre em Filosofia

Professor Adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Teófilo Otoni, MG, Brasil.

freire.jose@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8855-3846>

Alexandre Fernandez Vaz

Doutor em Ciências Humanas e Sociais

Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Estudos Especializados em Educação, Florianópolis, SC, Brasil.

Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasília, Brasil.

alexfvaz@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-4194-3876>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua José Eurico Soares, 145-B, CEP 39800-196, Teófilo Otoni, MG, Brasil.

AGRADECIMENTOS

À Professora Rosana de Carvalho Martinelli Freitas pelas referências e sugestões dadas ao trabalho final da disciplina “Tópicos Especiais em Assuntos Interdisciplinares- Desenvolvimento, Vulnerabilidade Social e Desastres”, ministrada no Doutorado Interdisciplinar de Ciências Humanas – Dinter UFSC/UNIVALE, no semestre 2018.2. O trabalho serviu de ponto de partida para a elaboração do presente artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: J. C. Freire, A. F. Vaz

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](https://portal.periodicos.ufsc.br/). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Javier Ignacio Vernal e Silmara Cimbalista

HISTÓRICO

Recebido em: 26-11-2019 – Aprovado em: 11.08.2020 – Publicado em:28.08.2020